

A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681/1721)*

Hana Blaz

Professora-Doutora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP

Resgatar o dinamismo interno da vila/cidade de São Paulo em fins do século XVII e início do XVIII, perceber o seu próprio movimento, detectar a dinâmica de um processo de mercantilização crescente, perscrutar a articulação e tensões que envolveram esta sociedade, acompanhar a consolidação no poder da elite local e suas relações com a metrópole, foram os objetivos maiores deste trabalho.

Tais preocupações nasceram de uma postura crítica face à historiografia em seus vários momentos. Tanto em relação à produção *paulística* vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da qual resultou a imagem de São Paulo como *locomotiva da nação* e do paulista como pertencente a uma *raça de gigantes*, quanto aos estudos produzidos nos anos 50 e 60 que, ao privilegiarem uma problemática contemporânea (a relação centro-periferia; o desenvolvimento do capitalismo), relegaram a história regional, a história particular, a *história que não deu certo*.

Outro objetivo, já do prisma teórico, dizia respeito à problemática do geral e do particular, da totalidade e da singularidade. Ao privilegiar-se o geral, as grandes sínteses, o particular costuma ser deixado de lado ou, quando muito, encarado enquanto atípico. Buscar na vila/cidade de São Paulo, no particular portanto, sua especificidade

própria, significava uma preocupação constante em captar o concreto possível dentro deste fluir, pois é no concreto enquanto processo social que se pode traduzir a mudança e seus dinamismos.

A partir destas preocupações a pesquisa foi centrada na vila/cidade de São Paulo entre 1681 (ano em que a Câmara Municipal intenta elevar a vila à condição de capital da capitania) e 1721 (quando se completa o processo de separação da capitania de São Paulo da de Minas Gerais).

Enquanto caminho metodológico privilegiou-se a dinâmica interna paulistana, as tensões sociais decorrentes dos processos concomitantes de fixação na dispersão e de mercantilização e a ação da elite local, tanto em nível interno quanto em sua relação com a própria metrópole. Acreditamos que a ênfase nas tensões sociais e no complexo social, entendido enquanto estrutura de dominação interna que traz dentro de si os interesses diferenciados das várias camadas sociais permite, por um lado as articulações com o econômico e o mental e, por outro, aponta a ação das classes sociais enquanto agentes da história.

Assim, pesquisamos todo um leque de documentação, impressa e manuscrita, principalmente cartas régias, correspondência das autoridades

* Tese de doutorado, FFLCH/USP, 1995.

Combates & Rituais

metropolitanas e coloniais, inventários e testamentos, atas da câmara, livros de registro, de sesmarias, autos cíveis, relatórios, representações e notícias diversas. Grande parte dessa documentação, principalmente a impressa, já fora utilizada por vários autores, mas quase sempre no sentido da construção e cristalização das imagens a que já nos referimos. Pretendíamos, no entanto, justamente criticar estas imagens. Desta forma, através do entrecruzamento deste material e, das falas e ações das diferentes instituições e agentes sociais, quase que numa leitura a *contrapelo*, pudemos resgatar o processo em curso acentuando a dinâmica interna paulistana, sua inserção em uma economia de abastecimento interno e discutir a tão propalada diferenciação de São Paulo colonial.



Bandeirante com gualteira de couro de anta, gibão de armas, rodela, espada, arcabuz e forquilha.

Nosso fio condutor foram as atas e a correspondência da Câmara de São Paulo, pois nelas encontramos, de forma contínua e sistemática, quase que no dia a dia, os temas e questões que diziam respeito aos mecanismos de distinção e de atuação da elite local frente às demais camadas sociais e à metrópole, sua articulação com o processo de mercantilização e as tensões daí decorrentes.

A câmara, enquanto *locus* privilegiado da dominação, foi entendida em suas várias dimensões, por vezes conflituosas e antagônicas: como representante do próprio Estado português, como suposto elemento *neutro* tentando mediar interesses díspares em prol do *bem-comum* e, por fim, como representação da própria elite. Na verdade, observamos uma dupla afirmação por parte da câmara e portanto da elite: por um lado, tenta se impor perante a população, ora mediando interesses contraditórios ora exercendo seu poder, sempre invocando o *bem-comum*; por outro, apesar de representar os interesses da coroa tenta igualmente se afirmar em relação a ela. É neste jogo constante de vassalagem/autonomia, *bem-comum*/interesses específicos que a elite local irá construindo a sua própria dominação.

No primeiro capítulo - *A construção das imagens* - analisou-se a historiografia acerca de São Paulo colonial e as visões daí resultantes. Apontou-se, nos autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o processo, redimensionado pela própria história, de construção das imagens de uma São Paulo auto-suficiente e do paulista rebelde, independente, ativo, promotor da expansão territorial e exemplar de uma raça nova: a *raça de gigantes* que teria no bandeirante seu símbolo máximo.

Quanto à historiografia entre os anos 50 e 70, observamos uma curiosa inversão. As discussões acerca do desenvolvimento/subdesenvolvimento resultaram, no Brasil, na predominância de estudos mais preocupados em discutir a questão do nosso subdesenvolvimento e em buscar as raízes de nossa dependência. Assim, acentuou-se a análise dos núcleos exportadores coloniais e, as demais regiões, voltadas ao abastecimento interno, como São Paulo colonial, foram relegadas a um segundo plano.

Nesta perspectiva, as referências feitas a São Paulo colonial, o são somente no prisma da débil articulação com as áreas *dinâmicas*, ou seja, valoriza-se o paulista apenas como o sertanista que fornece mão-de-obra indígena ao Nordeste e como o responsável pelo desbravamento territorial e a conseqüente descoberta dos territórios metalíferos. Nestas acepções, a região de São Paulo colonial é sempre vista em função das demais, ou seja, sempre *de viés*. Daí resultou a cristalização de uma nova imagem onde se acentua a pobreza paulistana tipificada enquanto uma sociedade voltada apenas para a própria subsistência.

A partir da década de 70, aproximadamente, novas tendências historiográficas, mais voltadas ao específico, à verticalização e à regionalização dos estudos e dos temas promoveram uma revisão nos estudos até então vigentes. A dinamização paulistana através de seu comércio interno e regional começa a ser acentuada, bem como a estruturação de uma sociedade hierarquizada e, portanto, profundamente desigual. Dessa forma, romperam-se as visões acerca da singularidade e da superioridade de nosso paulista ancestral bem como o quadro de uma região extremamente pobre voltada ape-

nas para o autoconsumo e que tinha na venda do indígena a sua única fonte de rendimentos...

Através da pesquisa realizada, detectamos, no capítulo *A sedimentação na dispersão*, a existência de uma produção mercantil em São Paulo colonial composta pelo trigo, pela aguardente de milho, pelo feijão, milho, carnes, farinha e algodão. Acentuamos a expansão da vila paulistana gerando a criação e incorporação de bairros rurais bem como de outras vilas, sobre as quais o núcleo de Piratininga tinha hegemonia.

Uma produção mercantil e um processo contínuo de expansão trazem consigo a questão da mão-de-obra. Os eternos embates entre moradores, coroa e jesuítas em torno da questão indígena foram analisados, bem como a *solução* encontrada - o regime da administração. Igualmente centramos a atenção nos aldeamentos indígenas e no seu processo de despovoamento e, na crescente dificuldade do paulista em garantir mão-de-obra suficiente e relativamente barata para sustentar sua produção agrícola. A partir de todas estas tensões e dificuldades concluímos que, gradativamente, os proprietários paulistas passaram a dedicar-se à pecuária que era altamente rentável e exigia um número menor de mão-de-obra. Desta forma, apenas os grandes potentados continuaram a produzir gêneros agrícolas com amplos plantéis de índios, já localizados em áreas mais distantes da vila ou, até mesmo nas cercanias do território mineiro.

Em *As veredas da mercantilização* discutimos a expansão comercial cada vez maior da vila tomando como indicativos a preocupação com os caminhos internos e a articulação dos contratos monopolistas com a feitura e manutenção do Caminho do Mar.

Combates & Rituais

Abordamos, igualmente, a crescente concentração da propriedade em mãos de poucas famílias bem como a usurpação das terras indígenas e as tensões daí resultantes. A exemplo do restante da colônia, o entrecruzamento entre terra/escravos/riqueza/poder resultou numa sociedade extremamente hierarquizada e, portanto, desigual, onde poucas famílias detinham os símbolos de riqueza e de poder exercendo assim sua dominação.

Concluimos esta primeira parte do trabalho apontando que, a vila de São Paulo nos últimos decênios do século XVII e início do XVIII, tanto do ponto de vista econômico quanto social, encontrava-se bem distante das imagens criadas pela historiografia a seu respeito. A produção de farinha, milho, feijão e outros gêneros alimentícios; a criação do gado e a elevação no preço da carne; a licença obtida para a venda da aguardente de milho

local; a articulação com outros núcleos regionais acarretando, internamente, tanto a falta de víveres quanto uma carestia crescente; um comércio variado de artigos importados; a constante preocupação das autoridades com o mau estado dos caminhos, pontes, aterrados, entradas e saídas da vila; a articulação entre caminhos-bairros e a concessão do monopólio dos gêneros molhados a contratadores que se dispunham a pagar taxas elevadas a título de subsídios para a câmara; os embates a respeito da utilização da mão-de-obra indígena e do aforamento de suas terras; a expansão da propriedade e maiores indicativos de riqueza nas mãos dos clãs parentais denotavam um quadro de mercantilização crescente.

Esse processo de mercantilização conhecerá, é certo, um dinamismo ainda maior mediante a articulação com a área mineratória, mas esta não foi, de forma alguma, a responsável por



"... que tivessem cuidado com os alpendres e adros das igrejas desta villa, os quaes os gados sujavam..."(1624)

aquele. É o desenvolvimento da vila paulistana e de seus arredores que explica a possibilidade do abastecimento do mercado mineiro e não o contrário. Foi o que analisamos na segunda parte de nosso trabalho.

Em *As tensões da mercantilização* discutimos como, o que geralmente é visto sob o prisma de efeitos negativos da economia mineratória para a região paulista, na verdade expressa as tensões resultantes do processo de mercantilização.

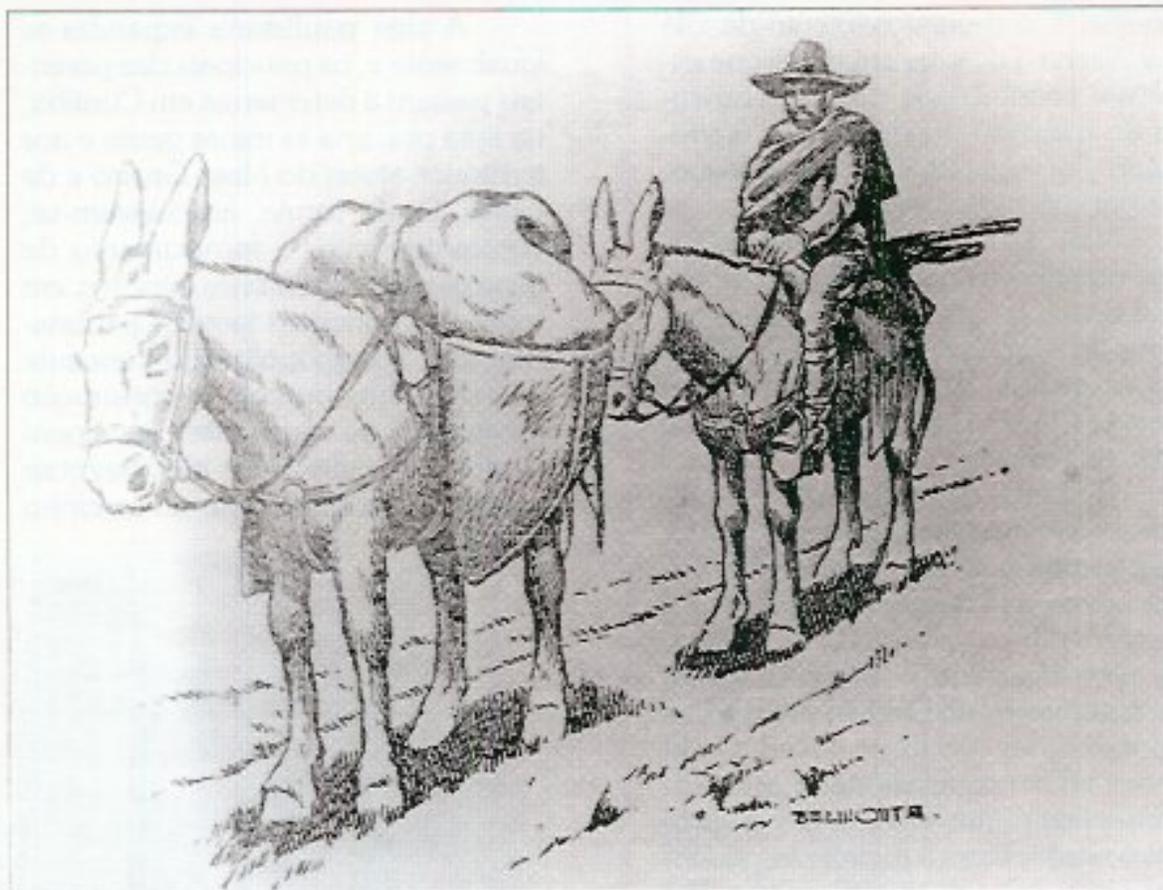
Partindo de uma sessão específica da Câmara Municipal, a de 25/1/1705, rastreamos as tensões emergentes. Verificamos que a desorganização da produção, a fome, a escassez e carestia, os problemas com o braço indígena, os altos preços do escravo africano, as conturbações sociais provocadas pelo maior fluxo populacional, a ação dos forasteiros e atravessadores e as próprias relações com a metrópole, podem ser vistas sob um duplo aspecto. Por um lado, enquanto momento, podem ser entendidas como tensões emergentes devido à articulação com a região mineratória, mas, por outro, enquanto processo, expressam a dinamização da produção e do comércio paulistano, enriquecendo e fortalecendo assim a elite local.

Em *A expansão da teia mercantil* enfatizamos a transformação da antiga vila em cidade pólo comercial, articulando os bairros rurais e as vilas da área, levando gado de Curitiba e de outros locais, abastecendo as zonas mineratórias e ampliando os caminhos. Assim, o fator dinâmico do desenvolvimento paulistano nas primeiras décadas do século XVIII, é o comércio inter-regional, fruto de sua articulação com as demais vilas do planalto e com as áreas litorâneas. Daí a constante preocupação com a conservação dos velhos e novos caminhos.

A elite paulistana expandia-se igualmente e, os principais clãs parentais passam a deter terras em Curitiba, na área próxima às minas gerais e aos territórios atuais do Mato Grosso e de Goiás. Dessa forma, articulavam-se, constantemente, o fornecimento de gêneros para os territórios mineiros, em mãos das principais famílias paulistas com a monopolização crescente dos caminhos ou com a construção privilegiada de novas rotas, igualmente monopolizadas pelos clãs parentais paulistas. É a construção do caminho



"... que se fizesse quartel e pelo porteiro desta Câmara se mandasse apregoar pelas ruas..."



Mercador forasteiro.

novo para as minas gerais por Garcia Rodrigues Pais ou a tentativa da abertura de uma nova rota para as minas de Cuiabá, por Bartolomeu Pais de Abreu, em troca do fornecimento exclusivo de gado para a região durante nove anos.

Apontamos também como a arrematação dos vários contratos e dívidas reais passaram a ser disputados, subindo de valor, outro indicativo do desenvolvimento da cidade que, em 1711, passou a ser capital da capitania.

Assim, o que se percebeu nas primeiras décadas do século XVIII foi a continuidade do processo de mercantilização da cidade de São Paulo, processo este já iniciado no decorrer do século XVII, mas fortemente dinamizado através da vinculação com o mer-

cado mineiro. Centro de convergência de inúmeras rotas, articulando as vilas mais interioranas e os bairros rurais, abastecendo os territórios mineiros, mantendo um vivo comércio de exportação/importação através de Santos e, fornecendo gêneros para o Rio de Janeiro e Bahia, a antiga vila paulistana tornou-se um importante pólo comercial estendendo, cada vez mais, as redes de sua teia mercantil. No bojo deste processo, a elite paulista sedimenta sua riqueza e seu poder.

Dessa forma, consolidou-se uma pequena elite, geralmente aparentada entre si, que passou a deter, em suas mãos, grandes extensões de terras, cargos, contratos e monopólios. As propriedades, cada vez mais extensas e mais valorizadas, o cabedal acumulado com a produção e o comércio, uma

numerosa escravaria, são indícios de uma riqueza proveniente, em sua maior parte, das atividades mercantis. Aliás, o critério da riqueza passou a ser um dos fundamentais para a nomeação em cargos considerados como indicativos de prestígio.

No último capítulo - *Propriedade, escravidão e prestígio* - voltou-se a atenção para as relações do paulista com a própria metrópole, visando re-dimensionar a tão propalada independência e rebeldia paulistanas. Analisando os interesses comuns entre colonos e coroa concluiu-se que propriedade, escravidão e sinais indicadores de prestígio e de honrarias constituíram os fundamentos básicos da ordem mercantil escravista-senhorial, gerando interesses comuns entre a elite local e a metrópole, solidificando, assim, a empresa colonial como uma grande empresa em conjunto.

Dessa forma, percebemos um movimento pendular nas relações entre as autoridades reais, a metrópole e os paulistas mas que nunca chegou a colocar em risco a empresa colonial conjunta. Em outras palavras, em troca de promessas de honrarias e mercês, a metrópole obtinha todo o apoio dos habitantes de Piratininga no que mais interessava a ela: a pacificação (ou extermínio) dos índios hostis e as expedições empenhadas na descoberta dos territórios auríferos. Os paulistas, por sua vez, aceitavam de bom grado, e até requeriam essas dignidades e honrarias pois, afinal, a descoberta dos metais e as campanhas contra os bárbaros poderiam significar a riqueza, tanto em termos de ouro, de mais braços e terras quanto em títulos, cargos e postos, sinais distintivos de prestígio e de poder.

Portanto, conjuntamente, as relações entre paulistas e autoridades reais podiam ser conflituosas mas, ao fim e ao cabo, a conciliação era sempre possível pois, eram os mesmos objetivos que todos perseguiram, quais sejam, o desenvolvimento da colonização e a sedimentação da ordem senhorial-escravista mercantil.

Assim, escravos, terra, dignidade, honrarias e prestígio constituíram os fundamentos da sociedade colonial brasileira. Seja nas áreas exportadoras, seja nas de abastecimento interno, como São Paulo colonial, cristalizou-se uma sociedade onde uma elite detinha a terra, os escravos e o monopólio da dominação estamental, preservando, dessa maneira, a própria ordem.

O dinamismo da vila/cidade de São Paulo entre 1681 e 1721 a distancia das imagens cristalizadas pela historiografia. Não se trata de um núcleo isolado, autárquico e, muito menos, de um paulista independente, símbolo de uma *raça de gigantes*. Não pode ser igualmente caracterizada como uma região extremamente pobre, voltada apenas para a subsistência, e que teria passado ao largo dos estímulos coloniais.

Sua especificidade deriva de sua própria dinâmica interna, qual seja, através de todo um processo de mercantilização, a área paulistana constitui-se em pólo de abastecimento interno, articulando-se com as demais áreas e capitânicas, principalmente as exportadoras. Mas, em termos de traços básicos, o que se nota é a concentração de terras e de escravos em mãos de uma elite, monopolizadora, igualmente das principais fontes de prestígio e de poder; em síntese, processo semelhante ao ocorrido no restante da colônia.

Combates & Rituais

Dessa forma, ao mesmo tempo em que cabe ressaltar a especificidade paulistana, há que se levar em conta também, e principalmente, a unicidade estrutural da colônia em termos de uma sociedade estamental-escravista.

Dessa forma, o geral, o particular e o singular articulam-se constantemente, tornando a *raça de gigantes* e o paulista-bandeirante ativo, rebelde e independente apenas uma, entre várias imagens cristalizadas.

Referências das imagens

As imagens foram retiradas do livro de: BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. 2.ed. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.